

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.719.575/0001-69, com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03 (atrás do anexo do Itamaraty), Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado por seu presidente nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade nº: 036289023, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 434.259.097-20, com endereço eletrônico: clupi@uol.com.br, vem, respeitosamente, por seus advogados *in fine* assinados, constituídos mediante instrumento procuratório que segue em anexo (**doc. 01**), perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 102, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal, bem como nos dispositivos da Lei nº 9.868/1999, propor a presente

<p>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE URGÊNCIA</p>
--

para que se dê interpretação conforme a Constituição ao art. 7º da Lei nº 12.711/2012, especificamente para que se promova efetivo prestígio ao regime democrático (art. 1º, parágrafo único, da CF/88); à cidadania (art. 1º, inciso II, da CF/88); à dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF/88); à construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, inciso I, da CF/88); à erradicação da pobreza e à marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º, incisos I e IV, da CF/88); à igualdade material (art. 5º, *caput*, da CF/88); e à garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino e da pesquisa (art. 208, V, da CF/88).

I. DA MOLDURA FÁTICA QUE JUSTIFICA A ABERTURA DA VIA DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE ATRAVÉS DESTA AÇÃO DIRETA.

Editada em 29 (vinte e nove) de agosto de 2012, a Lei nº 12.711/2012 prevê que 50% (cinquenta por cento) das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário mínimo *per capita*. A distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a universidade ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em complemento normativo, tem-se a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), que determina que os governos federal, estaduais, distrital e municipais devem promover o acesso da população afro-brasileira ao ensino gratuito.(Art. 18, §1º). O Estatuto da Igualdade Racial também acentua que, “além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais, aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto adota como diretriz político-jurídica a reparação, a compensação e inclusão das vítimas da desigualdade e a valorização da diversidade racial”(art. 3º).

As ações afirmativas se fizeram necessárias porque, conforme ilustram Márcio Seabra de Godoi e Maria Angélica dos Santos, sob o enfoque da educação, os alunos do ensino superior no Brasil no limiar do século XXI ainda eram quase todos brancos e oriundos de escolas privadas. Os autores apontam que, em 1993, por exemplo, o percentual de indivíduos brancos que frequentavam ou haviam frequentado o ensino superior era de 11,2%, ao passo que no caso de negros o percentual era de 2,8%. Já em

2000, dos 191 mil estudantes universitários avaliados pelo MEC no chamado “Provão”, 80% eram brancos, 13,5% pardos e 2,2% pretos.¹

Deveras, é inegável que a Lei nº 12.711/2012 trouxe efeitos concretos benéficos no campo da política de cotas, no que representou um marco normativo relevante para aprimorar o acesso a níveis mais elevados de ensino. Entre 2012 e 2016, a participação de estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas nas instituições federais de ensino superior passou de 55,4% para 63,6% (um crescimento de 15%), ao passo que a participação de estudantes pardos, pretos e indígenas egressos de escolas públicas passou de 27,7% para 38,4%.²

Estudos também apontam que, entre 2014 e 2018, a proporção de graduandos pretos e pardos nas instituições federais cresceu consideravelmente, razão que aumenta desde 2010 e superou quase 8 pontos percentuais a de graduandos brancos em 2018 (51,2% contra 43,3%).³ Já o Censo da Educação Superior (2019), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontava que brancos ainda eram maioria somando universidades públicas e privadas, com um total de 42,6%, enquanto pardos somavam 31,1%; pretos, 7,1%; amarelos, 1,7%; e indígenas, 0,7%.⁴

Como se vê, os resultados positivos da Lei nº 12.711/2012 são incontestes, mas a política de ações afirmativas deve ser uma constante, uma viagem civilizatória sem volta,

¹ GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. **Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11.

² SENKEVICS, A. S. **Contra o silêncio racial nos dados universitários**: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 44, p. 1-23, 2018.

³ GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. **Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11.

⁴ Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso> > . Acesso em 16 de junho de 2022.

conforme o arremate do Ministro Ayres Britto. Por outro lado, tem-se que o tema da promoção da igualdade no acesso à educação mediante a instituição de sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial já é pacificado nesta Suprema Corte. Cite-se, por exemplo, que este Supremo Tribunal declarou, por unanimidade, a constitucionalidade do programa de cotas da Universidade de Brasília (UnB) (ADPF 186, Relator: Min. Ricardo Lewandowski). No mesmo sentido, o RE 597285/RS, de que também foi relator o Min. Ricardo Lewandowski, no qual se discutiu e se reconheceu a constitucionalidade do sistema de cotas instituído pela UFRGS.

Outrossim, este Supremo Tribunal também reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos da Administração Federal direta e indireta par ações afirmativas, no julgamento da ADC nº 41, de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso. Mais ainda, esta Suprema Corte, ao enfrentar a questão da reserva de vagas para pessoas com deficiência, por ocasião do julgamento do RMS nº 26.071, de relatoria do Ministro Ayres Britto, assentou que “a reparação ou compensação dos fatores de desigualdade factual com medidas de superioridade jurídica constitui política de ação afirmativa que se inscreve nos quadros da sociedade fraterna que se lê desde o preâmbulo da Constituição de 1988”.

Apesar do arquétipo constitucional que resguarda a política de cotas apresentar cores intensas, talvez pouco passíveis de esmorecimento, a atual conjuntura política do Brasil, encabeçada por uma estirpe que age diuturnamente com o fito de retirar a eficácia de direitos conquistados, sobretudo das minorias, dá sinais claros de que a cláusula de revisão da Lei de Cotas, disposta no art. 7º do referido diploma normativo, servirá como canal para extinguir a política de cotas ou até mesmo defasá-la de modo não conseguir atingir sua razão de ser.

Dispõe o art. 7º da Lei nº 12.711/2012 que, “no prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas

com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Ou seja, a Lei de Cotas será revisada em agosto deste ano, especificamente durante o período eleitoral, oportunidade na qual as alas que são contra a política de cotas certamente irão aproveitar o momento para reduzir ou até mesmo extinguir esta ação afirmativa salutar para a sociedade brasileira, razão pela qual está-se a abrir a via de controle concentrado de constitucionalidade para que esta Suprema Corte promova a salvaguarda necessária à continuidade da política de cotas, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 12.711/2012, que encampa um amplo rol de direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal de 1988.

II. DA LEGITIMIDADE DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA E DO CABIMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

Nos termos do artigo 103, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade partido político com representação no Congresso Nacional. O *telos* subjacente à legitimidade ativa conferida aos partidos políticos é o de assegurar às minorias parlamentares o direito de zelar pela supremacia constitucional e para incentivar o desenvolvimento da cidadania ativa na população.

Atualmente, o requisito para que os partidos políticos possam ingressar com ações de controle abstrato de constitucionalidade é aferido somente no momento do ingresso da ação devida, mesmo que durante a tramitação processual não mantenham sua representação no Congresso Nacional. Desse modo, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) conta com representação no Congresso Nacional, sendo, por isso mesmo, legitimado à propositura da presente ADI.⁵

⁵ “O reconhecimento da legitimidade ativa das agremiações partidárias para a instauração do controle normativo abstrato, sem as restrições decorrentes do vínculo de pertinência temática, constitui natural

Já no que toca ao cabimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, constata-se que a Lei nº 12.711/2012, trata-se de ato normativo federal válido e adimple, por isso mesmo, os requisitos formais e materiais para ser objeto da presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, nos exatos termos do art. 102, inciso I, *a*, da Constituição Federal de 1988.

III. DA APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO AO ART. 7º DA LEI Nº 12.711/2012.

Ensina Georges Abboud que a interpretação conforme a Constituição é uma forma de controle de constitucionalidade que exclui por inconstitucionalidade determinadas hipóteses de aplicação do programa normativo, sem que haja alteração no texto legal.⁶ Trata-se, bem por isso, de harmonizar uma lei em relação aos desígnios da Constituição.

O limite para esse tipo de técnica de interpretação é que a literalidade do texto não seja alterada, impedindo, assim, que o Judiciário atue como um órgão legislativo, de modo a realizar modificações na norma.⁷ Outrossim, a *mens legislatoris* há de ser respeitada, pois conforme já asseverou o Ministro Marco Aurélio, “o objetivo do instituto da interpretação conforme a Constituição é preservar a vontade legislativa quando for possível extrair do dispositivo atacado interpretação compatível com o Diploma Básico, ainda que não seja a mais óbvia”.⁸

Para tanto, de acordo com o magistério jurisprudencial soerguido por este Supremo Tribunal, a adoção da técnica de interpretação conforme a Constituição somente

derivação da própria natureza e dos fins institucionais que justificam a existência, em nosso sistema normativo, dos Partidos Políticos”. (ADI/MC 1.096, rel. Min. Celso de Mello).

⁶ ABBoud, Georges. **Processo Constitucional Brasileiro**. 4. Ed. São Paulo: RT, 2020. P. 659.

⁷ AGRA, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 10. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. P. 763.

⁸ Excerto do voto proferido pelo Ministro Marco Aurélio, por ocasião do julgamento do Referendo da Medida Cautelar na ADI nº 6625/DF.

é cabível em face de texto legal com sentido plurívoco, com abertura semântica que permita extrair exegese em desconformidade constitucional.⁹ Portanto, esta Suprema Corte entende ser cabível “pedido de interpretação conforme a preceito legal com mais de um sentido, de modo a se admitir, entre várias interpretações possíveis, uma a compatibilizá-lo com a Carta Magna”.¹⁰

Conforme explanado em linhas anteriores, o **art. 7º da Lei nº 12.711/2012** estabelece que, “no prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”.

Constata-se, de logo, que o referido diploma legislativo não determina como o processo de revisão irá ocorrer, nem tampouco estabelece quais critérios que o ato revisor deverá obedecer, a partir do dia 29 (vinte e nove) de agosto de 2022. A partir disso, diversas vozes passaram a entoar coros que abrem espaços para as mais variadas vertentes interpretativas sobre as diretrizes hermenêuticas do art. 7º da Lei nº 12.711/2012, a saber: **a)** Que a Lei nº 12.711/2012 perderia a eficácia em 29 (vinte e nove de agosto), prazo estabelecido para sua revisão; **b)** Em caso de não haver revisão, que a Lei nº 12.711/2012 seja mantida em vigor com o texto atual; **c)** Que o processo de revisão da lei pode abrir espaço para reformulá-la de modo a, por vias transversas, dismantelar a ação afirmativa em tela; e **d)** Que a revisão enseje a revogação da política de cotas;

Saliente-se, no ponto, que a política de cotas prevista na Lei nº 12.711/2012 prestigia, de uma única vez e em aspecto sistêmico, o regime democrático (art. 1º, parágrafo único, da CF/88); a cidadania (art. 1º, inciso II, da CF/88); a dignidade da

⁹ (STF - ADI: 3970 DF 0005581-63.2007.1.00.0000, Relator: ROSA WEBER, Data de Julgamento: 16/05/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 24/05/2022)

¹⁰ (STF - ADI: 3904 DF, Relator: NUNES MARQUES, Data de Julgamento: 11/11/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 03/02/2022)

pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF/88); a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, inciso I, da CF/88), e a erradicação da pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º, incisos I e IV, da CF/88); a igualdade material (art. 5º, *caput*, da CF/88); e a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino e da pesquisa (art. 208, V, da CF/88).

Disso resulta que qualquer tipo de vertente interpretativa deve respeitar a *mens legis*, sobretudo porque houve, através da via legislativa, a densificação dos direitos fundamentais *sus*o delineados. A magnitude da Lei nº 12.711/2012, editada como forma de expurgar ou ao menos amainar a desigualdade social que impera no Brasil, seria suficiente para afastar toda e qualquer deliberação no sentido acabar com a política de cotas. No entanto, as sombras dos “tempos estranhos”, de que falava o Ministro Marco Aurélio, estão longe de voltar para o esgoto de onde emergiram. Cite-se, à guisa de exemplo, a existência do PL 1.531/19, que elimina o critério racial de reserva de vagas em universidades e institutos federais de ensino.¹¹

Com efeito, não se pode permitir que se interprete o **art. 7º da Lei nº 12.711/2012** como uma espécie de cláusula de abertura apta a permitir a desestruturação e o arrefecimento da política de cotas, o que na contramão da Constituição Federal e do entendimento sedimentado por este Supremo Tribunal. Por óbvio, tem-se que a “revisão” prevista no art. 7º da Lei nº 12.711/2012 não se refere à vigência da lei.

Acontece que o alcance da palavra “revisão” deve apontar para a diretriz do aperfeiçoamento da ação estatal, e não da sua extinção ou suspensão. O aperfeiçoamento

¹¹ **Ementa:** Altera os arts. 3º, 5º e 7º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para retirar o mecanismo de subcotas raciais para ingresso nas instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2194298> >. Acesso em 15 de junho de 2022.

da ação estatal foi traduzido no art. 37, §16 da Constituição Federal de 1988, que tem a seguinte dicção: “os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliações das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei”.

Deveras, não se pode olvidar que o art. 6º da Lei nº 12.711/2012 estatui que o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai)”.

O que se propugna através desta Ação Direta de Inconstitucionalidade é que a interpretação mais consentânea com a vontade da Constituição Federal de 1988, a ser aplicada ao art. 7º da Lei de Cotas, é a de que o ato revisor seja limitado apenas às melhorias que porventura possam ser incorporadas à Lei nº 12.711/2012, sendo declarada inconstitucional determinada exegese no sentido de permitir qualquer tipo de retrocesso no âmbito da política de cotas.

Portanto, passar-se-á a demonstrar, em sequência, e de forma tópica, que qualquer outra interpretação que se dê ao art. 7º da Lei nº 12.711/2012, que não seja a que se intenta através desta Ação Direta, promoverá odiosos acintes aos direitos fundamentais expostos nos tópicos a seguir alinhavados, bem como também potencializará o retrocesso no âmbito da política de cotas, o que seria de todo inconstitucional e inviável nessa quadra histórica.

IV. DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS VIOLADOS EM CASO DA REVISÃO DA LEI Nº 12.711/2012 APONTAR PARA UMA REFORMULAÇÃO LEGISLATIVA QUE DIMINUIA O CAMPO DE INCIDÊNCIA DA POLÍTICA DE COTAS OU PROMOVA SUA EXTINÇÃO POR VIAS TRANSVERSAS.

IV.I DA AGRESSÃO AO DIREITO À IGUALDADE EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS (ART.5º, *CAPUT*, DA CF/88).

O princípio da isonomia, também chamado de igualdade, dispõe que todos são legalmente iguais, significando que a lei não poderá criar diferenciações onde a realidade fática não as criou (art. 5º, *caput*, da CF). Então, para que esse princípio possa ser usado, faz-se necessário que haja um forte nexo de semelhança entre os casos analisados, que só poderá ser utilizado no limite dessa igualdade. A igualdade na esfera fática inexistente. A igualdade almejada é a jurídica, em que a lei não pode discriminar cidadãos que estejam em semelhantes situações.

Sua exceção somente pode ser amparada em uma racionalidade que tenha por finalidade que este tratamento diferente amenize uma disparidade fática. Muitas vezes, a quebra da igualdade jurídica tem o escopo de realizar uma igualdade fática, pois, do contrário, tratar de forma isonômica pessoas, bens ou situações desiguais seria ensejar o aumento de desigualdades já existentes. É o que ensina a Ministra Cármen Lúcia, quando assevera que “não se aspira uma igualdade que frustre e desbaste as desigualdades que semeiam a riqueza humana da sociedade plural, nem se deseja uma desigualdade tão grande e injusta que impeça o homem de ser digno em sua existência e feliz em seu destino”.¹²

Quando a Constituição fala que não pode haver preconceito em relação à raça, ao sexo, à cor, à idade, à origem etc., não está falando, de forma absoluta, que é impossível qualquer tipo de discriminação com base nestes elementos. O que a Constituição veda são diferenciações com base nos elementos mencionados que não tenham um amparo lógico plausível que os justifique, que eles sejam alçados a critérios diferenciadores sem

¹² ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **O princípio constitucional da igualdade**. Belo Horizonte: Jurídicos Lê, 1991. P. 118.

uma forte motivação que os ampare. Uma forma de consagrar a isonomia, no plano material, é a consecução de ações afirmativas. As ações afirmativas ou *affirmative actions* da doutrina americana são remédio processuais para amparar direitos dos hipossuficientes. Sua finalidade é concretizar a isonomia e fortalecer a democracia, impedindo que a maioria possa prejudicar direitos da minoria. O primeiro caso na doutrina americana ocorreu no julgamento de *Brown v. Board of Education*, em 1954, que possibilitou aos negros estudarem nas escolas públicas americanas juntamente com os estudantes brancos.

Para o Ministro Joaquim Barbosa, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.¹³ Ensina André Ramos Tavares que “elas compõem um grupo de institutos cujo objetivo precípua é compensar, por meio de políticas públicas ou privadas, os séculos de discriminação a determinadas raças ou segmentos”.¹⁴

As ações afirmativas têm dois sentidos: o de reparação e o de redistribuição. O primeiro exige que os grupos atingidos tenham estado sob uma situação de opressão, de cerceamento de seus direitos, e que o indivíduo faça parte do grupo minoritário. O segundo não necessita que tenha havido uma situação de opressão, nem seu beneficiário precisa fazer parte de qualquer grupo marginalizado. A ação afirmativa não é remédio para acabar com todas as assimetrias que grassam na sociedade. Em uma sociedade plural

¹³ GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa. Princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 40.

¹⁴ TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 518.

e complexa como a contemporânea elas sempre existirão. Sua finalidade é atenuá-las, tornando-as suportáveis para o regime democrático. As ações afirmativas não se constituem em procedimentos que ferem o princípio da isonomia; pelo contrário, visam fortalecê-lo, na medida em que atingem a desigualdade para arrefecê-la. Assim, seu campo de atuação se restringe a grupos minoritários que sofrem restrições dos seus direitos fundamentais, com a finalidade de colocá-los com as mesmas prerrogativas dos grupos majoritários.

As afirmativas, notadamente as que tocam o acesso à educação e aos níveis mais elevados de ensino, consagram o princípio da dignidade da pessoa humana e a cidadania (art. 1º, incisos II e III, da CF/88), porquanto oferecem condições materiais para que essa parcela da população possa desenvolver suas potencialidades e arrumar as malas para o infinito, no inspirado verso de Fernando Pessoa. Essas ações afirmativas permitem superar desigualdades que ocorrem na realidade fática, mediante uma intervenção estatal determinada e consistente, por meio da aplicação da denominada justiça distributiva. Tanto é assim que John Rawls aduz que “as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos”.¹⁵

Sabe-se que essas políticas de ação afirmativa foram criadas com o objetivo de corrigir desigualdades e injustiças históricas, isto é, para ampliar as potencialidades da população negra, dos índios e das pessoas com deficiência do país, visando a uma melhor trajetória de vida e educacional, com base no princípio da isonomia em sua dimensão material. Para Carvalho, as cotas provocam um reposicionamento concreto das relações

¹⁵ RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. Trad. Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 1997. P. 3.

raciais na academia, começando pelo universo da graduação, porém com potencial para estender-se à pós-graduação, ao corpo docente e aos pesquisadores.¹⁶

É inegável que programas como os de estabelecimento de cotas com vistas à ampliação do acesso de estudantes aos níveis mais elevados do ensino superior, assim como os programas de combate ao racismo estrutural e simbólico são soerguidos com a finalidade de limitar a reprodução de estereótipos que afetam o acesso a oportunidades iguais. Tanto é assim que este Egrégio Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADPF 186, de que foi relator o Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, considerou constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

Para o Ministro Lewandowski, as ações afirmativas não contrariam o princípio da igualdade material, ao contrário, o prestigiam, pois abrem a possibilidade de o “Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural que atingem grupos sociais determinado, de maneira pontual, atribuído a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares”. Ainda na esteira do magistério jurisprudencial do Ministro Ricardo Lewandowski (ADPF 186), menciona-se o seguinte, *in verbis*:

“Como é de conhecimento geral, o reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que na maior parte das vezes de forma camuflada ou implícita. Os programas de ação afirmativa em

¹⁶ CARVALHO, J. J. de. **O Confinamento Racial do Mundo Acadêmico Brasileiro**. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 88-103, 2005-2006. 2005. P. 81.

sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação, culturalmente arraigada, não raro, praticada de forma inconsciente e à sombra de um Estado complacente. (...) Tais programas trazem, pois, como um bônus adicional a aceleração de uma mudança na atitude subjetiva dos integrantes desses grupos, aumentando a autoestima que prepara o terreno para sua progressiva e plena integração social. Ainda sob essa ótica, há que se registrar uma drástica transformação na própria compreensão do conceito de justiça social, nos últimos tempos (...). Dito de outro modo, justiça social, hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes”.

Na oportunidade do julgamento da ADC 41, este Supremo Tribunal entendeu que “a desequiparação promovida pela política de ação afirmativa em questão está em consonância com o princípio da isonomia. Ela segunda na necessidade de superar o racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira, e a garantir a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente”. Suscite-se, por essa diretriz, que, por ocasião do julgamento da ADC 19, a Ministra Rosa Weber salientou que, “considerar o princípio da igualdade tão somente em sua dimensão formal, sem atentar para a dimensão material, inviabiliza toda e qualquer ação afirmativa, voltada a reparar desigualdades de gênero, seja de raça, credo, idade ou condição social”.

Já na ADI 3330, o relator, o Ministro Ayres Britto, ressaltou que “o substantivo igualdade, mesmo significando qualidade das coisas iguais (e, portanto, qualidade das coisas idênticas, , colocadas no mesmo plano ou situadas no mesmo nível de importância), é valor que tem no combate aos fatores de desigualdade o seu modo próprio de

realização, no que não há outro modo de concretizar o valor constitucional da igualdade senão pelo decidido combate aos fatores reais de desigualdade”.

Conforme amplamente demonstrado, uma possível revisão extintiva ou mitigadora dos direitos previstos na Lei de Cotas diminuiria o espectro de incidência de direitos fundamentais, tornando a educação superior brasileira menos redistributiva e mais excludente, de modo a estorvar os caminhos para que os que mais necessitam possam usufruir do acesso à universidade.

O panorama brasileiro demonstra às escâncaras que as pessoas que detêm capital para custear os estudos em instituições particulares e cursos preparatórios, dotadas de benesses, terão mais facilidades de acesso à universidade do que pessoas carentes. Promover-se-á a exclusão dos mais pobres e dos negros, pardos, indígenas e das pessoas com deficiência, na medida em que os benefícios continuarão a envelopar a classe mais abastada da população, em uma manifesta violação ao espírito e à força normativa da Constituição Federal de 1988.

Não se pode retroceder, no que a conquista de direitos há de ser evolutiva e cumulativa; não o inverso. Sendo esse o contexto, ressumbre iniludível que uma possível alteração predatória às garantias da Lei nº 12.711/2012 seria manifestamente inconstitucional por ferir de morte o princípio da isonomia e a razão de ser das ações afirmativas, de modo que esta Suprema Corte deve oferecer interpretação conforme a Constituição Federal ao Art. 7º da Lei das Cotas, para que restem resguardados os princípios norteadores de sua promulgação.

IV.II DO ACINTE AO DIREITO AO ACESSO A NIVEIS MAIS ELEVADOS DE ENSINO E PESQUISA (ART. 208, INCISO V, DA CF/88)

A educação é um direito de todos e está sob responsabilidade do Estado, nas suas três esferas governamentais, e da família, devendo haver a colaboração da sociedade. Trata-se de um direito subjetivo público dos cidadãos, isto é, uma prerrogativa que pode ser exigida do Estado diante do seu inadimplemento.¹⁷ Seu objetivo, ao contrário do que muitos pensam, não é apenas prepara o cidadão para o mercado de trabalho, mas desenvolvê-lo como ser humano, para que possa contribuir com a sociedade, tornando-o apto para enfrentar os desafios do cotidiano. Como afirma a Constituição Cidadã, a principal função da educação é preparar o indivíduo para o pleno exercício da cidadania (art. 205 da CF). Isso significa, para André Ramos Tavares, que o direito à educação é o direito de acesso, mas não um acesso a qualquer educação, e sim àquela que atende às preocupações constitucionais.¹⁸

Ensina o Professor José Afonso da Silva que a consecução prática dos objetivos da educação só se realizará em um sistema educacional democrático, em que a organização da educação concretize o ensino informado pelos princípios com eles coerentes, devidamente disciplinados nos incisos do artigo 206 da Constituição Federal de 1988.¹⁹ De tudo isso se deduz a importância da Carta Magna ter optado pela concepção de uma sociedade pluralista, que respeita a pessoa humana e a sua liberdade, em lugar de uma sociedade que engendra ortodoxias repressivas. Dessa forma, o direito à educação de ensino superior só pode ser concretizado se for assegurado o amplo acesso de todos os segmentos étnico-raciais e sociais da população, sob pena de perenemente reproduzirmos os mesmos mecanismos estruturais da sociedade que perversamente reproduzem há séculos as desigualdades no país.

Essa foi a razão pela qual a Constituição Federal de 1988 determinou que o ensino será ministrado com base nos princípio da igualdade de condições para o acesso e

¹⁷ AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. 9. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 848.

¹⁸ TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 876.

¹⁹ DA SILVA, José Afonso. **Comentário contextual à constituição**. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 784.

permanência na escola (art. 206, inciso I, da CF/88), especificamente para que se reduzam as desigualdades sociais e regionais e promovam o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, incisos III e IV, da CF/88). O direito à educação também compreende o acesso ao ensino superior, ao fixar que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, nos termos do art. 208, inciso V, da CF/88).

Conforme esclareceu o Min. Dias Toffoli (ADPF 874 MC/DF), “por meio da educação superior, têm seguimento o processo contínuo de aprimoramento da autonomia, a preparação para a cidadania e o desenvolvimento pessoal. É, ainda, por meio do amplo acesso ao ensino superior que se implementam no seio social, em máxima medida, a igualdade de oportunidades políticas, sociais e econômicas, a inclusão social e a promoção da diversidade. Essa compreensão tem impulsionado a elaboração de ações afirmativas nessa seara e de políticas públicas voltadas a ampliar o acesso ao ensino superior, mirando-se os grupos sociais historicamente excluídos das universidades e, conseqüentemente, dos processos sociais e políticos. Nessa esteira, foram instituídos os já mencionados Programa Universidade Para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Vale mencionar, ainda, as políticas de cotas raciais e sociais instituídas nas universidades públicas”.

In casu, é incontestável que qualquer interpretação do art. 7º da Lei nº 12.711/2012, que porventura propicie uma revisão em ordem a esfacelar a política de cotas, especificamente da indeterminação acerca da extensão e de como ocorrerá o procedimento do ato revisor normativo, irá obstar os caminhos para o acesso a níveis mais elevados de ensino e pesquisa. Isso porque diminuirá sobremaneira as chances para as minorias albergadas pela Lei nº 12.711/2012 poderem ingressar nas universidades e desenvolverem suas potencialidades como cidadãos brasileiros.

IV.III DO BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE

Bloco de constitucionalidade são princípios, contidos ou não na Carta Magna, que compartilham a mesma ideia de Constituição material, unidos por um mesmo núcleo valorativo, agasalhando a percepção de ordem constitucional global. Os franceses o denominam *bloc de constitutionnalité*, os espanhóis, *bloque de la constitucionalidad* e os americanos, *block of constitutionality*.

A ideia de bloco de constitucionalidade representa sentido de unidade, mesmo sem estar contido expressamente na Lei Maior, o que provoca extensão da incidência do controle de constitucionalidade, haja vista que novos parâmetros normativos serão considerados constitucionais. A concepção de bloco de constitucionalidade parte do pressuposto de que existem princípios que mesmo que não estejam contidos na Constituição são materialmente constitucionais porque ostentam valores profundamente arraigados na sociedade, representando a Constituição como realidade social.²⁰

O alicerce jurídico que ampara o bloco de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988 é o art. 5º, §2º, que assevera que os direitos e as garantias expressos em seu texto não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil for signatário. Quaisquer direitos ou garantias fundamentais que guardem ligação com o caráter sistêmico da Constituição, por essa cláusula da exemplificação dos preceitos constitucionais, devem ser considerados parte da Constituição material.

Conforme se extrai do magistério jurisprudencial do Ministro Celso de Mello (ADC 41), “os tratados internacionais de direitos humanos qualificam-se como instrumentos normativos materialmente constitucionais e, nessa condição, passam a integrar e a compor o denominado bloco de constitucionalidade. Essa noção – a de bloco de constitucionalidade- reveste-se de suma importância, na medida em que, a partir dela, amplia-se aquele núcleo mínimo de direitos fundamentais”. Essa mesma perspectiva é

²⁰ HERAS, Jorge Xifra. **Curso de derecho constitucional**. Barcelona: Bosch, 1957. t. I. p. 47.

defendida pela doutrina, no sentido de que as convenções internacionais em matéria de direitos humanos revestem-se de caráter materialmente constitucional, de sorte a compor o bloco de constitucionalidade.²¹

Ainda na esteira da pena do Ministro Celso de Mello, sublinha-se que “a definição do significado de bloco de constitucionalidade apresenta-se impregnada de altíssimo relevo, ainda mais se se tiver em consideração a vocação protetiva que assumem as declarações de direitos humanos, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, promulgada pelo Decreto nº 65.810/69”. Outrossim, cite-se, por seu turno, os seguintes compromissos que o Brasil assumiu no plano internacional para eliminar as práticas de discriminação étnico-racial: Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana e o Programa de Ação de Viena.

Cite-se que, de acordo com o art. 7º da Convenção Internacional de Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, “os Estados Partes, comprometem-se a tomar as medidas imediatas e eficazes, principalmente no campo do ensino, educação, da cultura e da informação, para lutar contra os preconceitos que levem à discriminação racial e para promover, o entendimento, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais e étnicos assim como para propagar o objetivo e princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e da presente Convenção”.

Disso resulta que as ações afirmativas consubstanciam-se em um poderoso instrumento destinado a concretizar e a conferir efetividade, no plano material, a todos esses instrumentos normativos, no que não se afigura crível, após toda essa quadra de evolução -ainda que lenta-, retroceder para uma distanciação da almejada realização da

²¹ MAZUOLLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 2. Ed. São Paulo: RT, 2007. P. 682.

igualdade material. Deve-se, bem por isso, viabilizar a consecução de políticas públicas tendentes a fazer valer, no plano da facticidade, o princípio da dignidade da pessoa humana e a conduzir o país para alcançar, de fato, os parâmetros de uma sociedade mais fraterna, justa e solidária.

V. DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO

Consiste até em um truísmo trazer à baila a importância que os direitos fundamentais insculpidos nas Constituições hodiernas têm em um Estado Democrático de Direito, principalmente pelo fato de o seio social ser tão fluído e plural a ponto de propiciar o império da maioria sobre a minoria é que ter um direito fundamental equivale a ter um trunfo em um jogo de cartas.²² Neste sentido, a preponderância dada a estes direitos inatos ao homem, decorre principalmente da premissa de que são considerados como a *raison d'être* do indivíduo, ao erigi-lo como pilar essencial na construção de um Estado Democrático de Direito.²³ Esses direitos não foram sempre os mesmos e, sim, evoluíram no decorrer do tempo, haja vista que as necessidades do homem são infindas e mediante isto foram travadas intensas batalhas a fim de que houvesse uma plena aquisição de direitos e, por consequência, uma maior guarida no que urge à devida aplicação no ordenamento jurídico de determinada época.

Classificados como direitos de segunda dimensão²⁴, os direitos sociais fazem parte dos direitos fundamentais do homem, classificando-se como normas de ordem pública, portanto, invioláveis e indisponíveis, devendo ser obrigatoriamente observadas dentro de um Estado Democrático de Direito. Sua finalidade é a de garantir direitos mínimos

²² NOVAIS, Jorge Reis. **Direitos fundamentais. Trunfos contra a maioria**. Coimbra: Coimbra Editora, 2006. p. 8.

²³ AGRA, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 169.

²⁴ BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12. Ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 476.

para a coletividade, propiciando condições para o estabelecimento de um Estado Social de Direito. Os direitos sociais que estão inseridos como direitos e garantias fundamentais são direitos dos trabalhadores, de forma individual ou coletiva. A ordem social, mais abrangente, contém: a seguridade social, a educação, a cultura, a saúde, a previdência social, a assistência social, o desporto, a família, a criança, o adolescente, o idoso, os índios, o meio ambiente, a comunicação social e a ciência e tecnologia.

Se a finalidade dos direitos individuais é dotar o cidadão de condições para que ele não tenha sua liberdade cerceada pelo Estado, os direitos sociais tencionam incrementar a qualidade de vida dos cidadãos, munindo-os das condições necessárias para que eles possam livremente desenvolver suas potencialidades.²⁵ De forma bastante genérica, pode-se dizer que o fator teleológico dos direitos sociais é a proteção dos hipossuficientes estatais, a redistribuir os ativos materiais para que a população possa ter uma vida condigna, e criar um *Welfare State*, forcejando a criação de uma justiça equitativa. A concretização diferenciada dos direitos sociais de acordo com seus demandantes enquadra-se perfeitamente com o princípio da igualdade que serviu como *standard* indelével para a formação de todos os direitos de segunda dimensão. Sua incidência multiforme impede o incremento de desigualdades.

Isso dito, tenha-se que a evolução no contexto de aquisição e materialização de direitos foi bastante árdua, no que não eclodiu de forma uniforme na história constitucional da humanidade. Os direitos sedimentados no ordenamento jurídico devem ser dotados de máxima eficácia para que os mandamentos constitucionais adentrem bruscamente o plano da facticidade. Para tanto, um dos postulados que informam a teoria dos direitos fundamentais, a proibição do retrocesso, ou o efeito *cliquet* dos direitos fundamentais, busca conferir uma maior efetividade das normas definidoras

²⁵ MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 3. Ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000. T. IV. P. 386.

dos direitos fundamentais, do princípio da proteção da confiança e da própria noção do mínimo existencial.²⁶ Para Ana Paula de Barcellos, a vedação do retrocesso social é a possibilidade de invalidação da revogação de normas que, regulamentando o princípio, concedam ou ampliem direitos fundamentais, sem que a revogação em questão seja acompanhada de uma política substitutiva equivalente.²⁷

Pontua Joaquim José Gomes Canotilho que a ideia designada como proibição de contra revolução social ou da evolução reacionária significa fazer que os direitos sociais e econômicos, uma vez alcançados ou conquistados, passam a constituir simultaneamente uma garantia institucional e um direito subjetivo. Dessa forma, e independente do problema que surja no mundo fático da irreversibilidade das conquistas sociais, o princípio da vedação ao retrocesso justifica, pelo menos, a subtração à livre e oportunista disposição do legislador em diminuir direitos adquiridos.²⁸ Nessa esteira de inteligência, **Lenio Streck arremata que a Constituição não tem somente a tarefa de apontar o futuro, no que tem, igualmente a relevante função de proteger os direitos conquistados.** Assim, mediante a utilização da principiologia constitucional, é possível combater alterações inoportunas que venham à tona com o cerne de retirar conquistas da sociedade.²⁹

Para o Ministro Gilmar Mendes e Paulo Gonet Branco, “quem admite a proibição de retrocesso sustenta que, no que tange a direitos fundamentais que dependem de desenvolvimento legislativo para se concretizar, uma vez obtido certo grau de realização, legislação posterior não pode reverter conquistas obtidas. A realização do direito pelo legislador constituiria, ela própria, uma barreira para que a proteção atingida seja

²⁶ BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**. 5.ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2001. p. 138.

²⁷ BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 62.

²⁸ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1995. p. 468.

²⁹ STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 53.

satisfeita sem compensações”.³⁰ No que tange especificamente às questões discriminatória, Roger Raupp Rios defende que, “quanto à atividade legislativa, a contribuição da USSC (Unites States Supreme Court) exige que, tanto emendas constitucionais, quanto iniciativas infraconstitucionais, não só não podem restringir o alcance da norma antidiscriminatória, como devem reforçar esta proteção”.³¹

Denota-se, à toda evidência, que não se pode entronizar uma exegese do art. 7º da Lei nº 12.711/2012 direcionada a uma revisão da política de cotas que abra espaço para diminuir sua eficácia concreta ou até mesmo extingui-la. É que isso pode vir a causar intenso retrocesso social, em uma total afronta ao princípio da vedação do retrocesso, uma vez que a retirada das cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência dos cursos das universidades e instituições federais caminha na contramão da aquisição de direitos pela sociedade no decorrer da história. A aquisição de direitos não é casuística, nem tampouco os direitos albergados pela Constituição Federal são mera recomendações ou mansa geografia para a construção de edificações que deturpem a razão de ser de um texto constitucional. Ponha-se em destaque, no ponto, que todas as autoridades do país são passíveis de sofrer os efeitos irradiadores da Constituição da República e a garantia de direitos não recai somente sobre uma parcela da sociedade, razão pela qual o agir dos Poderes constituídos deve apontar de forma inexorável para a consecução de direitos e políticas públicas que contemplem todos os estratos e camadas sociais.

VI. DA MEDIDA CAUTELAR DE URGÊNCIA

Já não é novidade que o interstício temporal consubstanciado entre a instauração do processo e o proferimento de provimento definitivo apresenta demasiados percalços,

³⁰ BRANCO, Paulo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. P. 149.

³¹ RIOS, Roger Raupp. **Discriminação por sexo e homotransfobia: aportes dos Estados Unidos para o Brasil**. Consultor Jurídico. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2020-jun-16/roger-%20rios-direitos-civis-discriminacao-sexo-homotransfobia>> .

em ordem a inviabilizar a efetiva realização de direitos. Para Fernando Horta Tavares, “o tempo teria um fluir vagaroso, que é incompatível com o virtuoso acesso à ordem jurídica justa”.³² Existem situações em que o tempo utilizado para obtenção da certeza processual com a tutela final é tão grande que o próprio titular do direito terá sucumbido.

Em outros casos, o jurisdicionado que buscou amparo no Poder Judiciário apenas observa inerte o perecimento do direito que buscou tutelar. Partindo dessas premissas, Marcelo Abelha assevera que o tempo é amigo da estabilidade da situação lamentada, no que quanto mais o processo demora para efetivar o resultado pretendido, tanto mais tempo permanecerá de pé a situação injusta, causando danos ao longo do seu curso.³³

Desse modo, as situações de urgência precisam ser rapidamente debeladas, sob pena, de o risco que surge iminente deixar de ser abstrato e passar a ser concreto, tornando inútil e sem razão de ser uma proteção tardia. A teor do comando inscrito no art. 10, §3º da Lei nº 9.868/1999, em caso de excepcional urgência, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

Conforme o escólio da Professora Ada Pellegrini Grinover, “os provimentos cautelares fundam-se na hipótese de um futuro provimento definitivo favorável ao autor (*fumus bonis juris*): verificando-se cumulativamente esse pressuposto e o do *periculum in mora*, o provimento cautelar opera em regime de urgência, como instrumento provisório sem o qual o definitivo poderia ficar frustrado em seus efeitos. Assim, a garantia cautelar surge, como que posta a serviço da ulterior atividade jurisdicional, que deverá restabelecer, definitivamente, a observância do direito: é destinada não tanto a fazer justiça, como a dar tempo a que a justiça seja feita”.³⁴

³² TAVARES, Fernando Horta. Tempo e processo. In: TAVARES, Fernando Horta (Coord.). Urgências de Tutela: processo cautelar e tutela antecipada. Curitiba: Juruá, 2007. P. 111.

³³ ABELHA, Marcelo. **Manual de direito processual civil**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. P. 382.

³⁴ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 28. Ed. São Paulo: Malheiros, p. 353.

In casu, a **probabilidade do direito** ressoa incontestemente, especialmente pela inconstitucionalidade da manutenção de interpretação do art. 7º da Lei de Cotas, que permita sua revisão no sentido de suspender ou extinguir essa ação afirmativa, o que iria na contramão dos desígnios da Constituição Federal de 1988, bem como também do sólido arcabouço jurisprudencial deste Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, justifica-se a **excepcional urgência**, a que alude o art. 10, §3º, da Lei nº 9.868/1999, pelo fato de que, para além da revisão do art. 7º da Lei de Cotas ocorrer em agosto de 2022, esta Suprema Corte está na iminência de adentrar no período de recesso forense.

Saliente-se, no ponto, que não se descarta que o art. 7º da Lei nº 12.711/2012 está em vigor desde 2016. No entanto, os fatos públicos e notórios que acontecem no âmbito social, especificamente no que tange à tentativa de arrefecer a eficácia concretiva dos direitos fundamentais das minorias, conclamam a atuação enérgica da força normativa da Constituição, através desta Suprema Corte, para que se impeçam retrocessos na política de cotas. Como o provimento das arguições suscitadas não dependem de redução de texto, mas de interpretação conforme, este Supremo Tribunal apenas densificará e protegerá os direitos constitucionais alinhavados anteriormente diante das mudanças de circunstâncias fáticas sobreditas, a repelir o sentido inconstitucional da revisão vertida do art. 7º da Lei de Cotas.

VI. DOS PEDIDOS

Pelo fio do exposto, **requer** a Vossa Excelência o seguinte:

a) A concessão de medida cautelar *ad referendum* do Plenário, nos termos do §3º do art. 10 da Lei nº 9.868/1999, para, até o julgamento definitivo desta Ação Direta: **a.1)** conferir interpretação conforme a Constituição ao art. 7º da Lei nº 12.711/2012, estabelecendo que o ato revisor seja limitado apenas às melhorias que porventura possam

ser incorporadas à Lei nº 12.711/2012; **a.2)** conferir interpretação conforme a Constituição ao art. 7º da Lei nº 12.711/2012, para que o alcance da palavra “revisão” apenas aponte para a diretriz do aperfeiçoamento da ação estatal referente à política de cotas, e não da sua extinção, suspensão ou diminuição de eficácia concreta;

b) A adoção do rito abreviado previsto no art. 12, *caput*, da Lei nº 9.868/1999,

c) Sejam solicitadas informações prévias ao Congresso Nacional (art. 10, *caput*, da Lei nº 9.868/1999), e, em seguida, sejam citados o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, para que apresentem manifestação (art. 10, §3º, da Lei nº 9.868/1999);

d) No mérito, o julgamento pela procedência dos pedidos desta Ação Direta, para conferir, em definitivo, interpretação conforme a Constituição ao art. 7º da Lei nº 12.711/2012, estabelecendo que o ato revisor seja limitado apenas às melhorias que porventura possam ser incorporadas à Lei nº 12.711/2012, sendo declarada inconstitucional determinada exegese no sentido de permitir qualquer tipo de retrocesso no âmbito da política de cotas; e que o alcance da palavra “revisão” apenas aponte para a diretriz do aperfeiçoamento da ação estatal referente à política de cotas, e não da sua extinção, suspensão ou diminuição de eficácia concreta..

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília (DF), 16 de junho de 2022.



WALBER DE MOURA AGRA
OAB/PE 757-B

ALISSON LUCENA
OAB/PE 37.719

IAN RODRIGUES DIAS

OAB/DF 10.074

MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO

OAB/RJ 62.818

MARA HOFANS

OAB/RJ 68.152

ANA BEATRIZ VIEIRA

ESTAGIÁRIA DE DIREITO